

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .

Aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:30 horas, a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Anadil Benedita Ruhnaui inicia a reunião fazendo a leitura de pauta: 1 – Informes; 2 – UTI Infantil; 3 – Outros. Informa que faz parte do 3º ponto de pauta a discussão da convocatória feita por vinte e dois conselheiros sobre a discussão da situação da mesa diretora do CMS e encaminhamento relativo à mesma, em seguida convida o Secretário Marílio Malagutti, a representante da FHEMIG Sônia para compor a mesa para discussão do 2º ponto de pauta que é a UTI Infantil. O conselheiro João Athayde faz intervenção e informa que vinte e dois conselheiros fizeram um abaixo assinado solicitando ao plenário que se discuta a questão da situação da Mesa Diretora e solicita à Mesa que se coloque em pauta a questão da Mesa Diretora. O Secretário geral Paulo Roberto Carvalho refere sua fala ao conselheiro João Athayde informando que a mesa está aguardando que dê quórum para que se inicie a discussão e passa para os informes, disse que esteve em Brasília no dia 31/08/99, representando a região Sudeste na Plenária Nacional de Conselheiros e que nessa plenária foram tirados alguns encaminhamentos inclusive a continuidade ao ato dos Cem mil que foi feito em Brasília na semana passada. Informa que um dos encaminhamentos tirados foi que haverá nos dias 21,22 e 23/09/99 em Brasília onde talvez será pautado a votação da PEC 169 com todos os adendos; aumento de 90% dos procedimentos hospitalares e que houve um encaminhamento que todas as entidades, Conselhos Municipais, estaduais e Nacional se empenhem enviando o máximo de pessoal possível para esta concentração do dia 22/09/99 e se possível ficar os três dias para fazer lobby com os deputados em prol da aprovação dessas questões, pede que seja encaminhado essa discussão aos Conselhos, o tema da 11ª Conferência Nacional de Saúde que deve acontecer em Agosto de 2000, Controle Social, será temário único e solicita que as Conferências Municipais se enquadrem nesta visão e que passe pelos Conselhos estaduais para que se chegue a 11ª Conferência Nacional de Saúde com propostas escritas. A presidente Anadil passa informe da SMSA que solicita a substituição do conselheiro Paulo Roberto Souza Lima por Valéria Cunha Costa Lessa como conselheira suplente de Elisete Rodrigues Pereira. A conselheira Joana solicita que o prefeito Célio de Castro homologue a nova mesa diretora do CMS. O conselheiro Evaristo Garcia cobra a representatividade de representantes de Venda Nova no CMS/BH e pede que o CMS convide o Deputado Sérgio Miranda para discussão no Conselho, propõe que convide o senhor Nando Furtado Siqueira para participar como observador da VI Conferência Municipal de Saúde. A conselheira Sônia Santos informa oficialmente que a VI Conferência Municipal de Saúde será realizada nos dias 17, 18 e 19/09/99 no Central Shopping e que o tema será OP Cidade, Modelo Assistencial, Controle Social e Municipalização e Política Geral, refere-se a sua fala ao conselheiro Evaristo Garcia informando que o Deputado Sérgio Miranda é um dos convidados para a primeira mesa de debates. O conselheiro Antônio Gomes, informa sobre a transferência do Gerente do Posto de Saúde Santa Cruz em função de problemas ocorrido com um usuário. Após algumas discussões sobre o tempo para fala dos convidados ficou decidido que a representante da FHEMIG e o Secretário Marílio Malagutti terão 15 minutos cada um para as respectivas falas. O Secretário Marílio Malagutti disse que desde que assumiu a SMSA vem levantando a questão da mortalidade infantil, que é um indicador de saúde importante para a população, disse que a mortalidade infantil significa a morte de crianças de zero a 1 ano de idade e que em BH de cada mil crianças que nascem 28 aproximadamente, que 16 delas morrem de 0 a 28 dias, ou seja, a mortalidade neonatal, daí portanto a preocupação e a importância da CTI Neonatal e cuidados em Neonatologia intensivos, mesmo sabendo que o fundamental para a questão seria um bom pré natal ou seja a prevenção, tem o levantamento de alguns hospitais e que em BH 20% das mulheres grávidas têm gravidez de médio ou alto risco, que em outros países a taxa é de no máximo 10%. Explica a taxa elevada em BH em função de Pré Natal mal feito ou trabalho de parto mal atendido, após esse fato chegamos a conclusão que para diminuir a mortalidade infantil será necessário: 1 – CTI Neonatal; 2 – Que os atendimentos de urgência e emergência em BH estavam sendo obstruídos, no Pronto Socorro, HOB, UPAS, etc. e pelo fato de serem mais caros não interessam aos hospitais e que a SMSA teve que instituir todo um esquema de suporte para a internação, como contratação de advogado, médicos, plantonistas 24 horas na Central de Internação, um documento chamado Guia de Urgência e Emergência, que foi usada algumas vezes para internar paciente de CTI Infantil onde a situação é mais crítica. Disse que conseguiram aumentar as situações de urgência e emergência em torno de 300 pessoas por mês, que algumas crianças recém nascidas, sem portanto conseguir de fato o problema dos recém nascidos com a guia de urgência e emergência devido ao fato de BH ter 47 leitos de Neonatal particular, que são leitos criados para convênios particulares de acordo com o mercado, porém que estes leitos estão sempre cheios com algumas reservas técnicas que são aproveitadas pela SMSA e se internam algumas dezenas de crianças nos leitos não conveniados pelo SUS, baseado na Lei e no imperativo da vida, Informou que o CTI Neonatal fica em torno de 450 a 500 reais o custo da diária e que os hospitais privados rejeitam a tabela do SUS, assim como os conveniados, pois o preço da tabela do SUS é abaixo do custo, embora ter muitos procedimentos de hospitais conveniados com a SMSA que o preço da tabela do SUS, supera o gasto, disse que o CTI dá prejuízo em qualquer lugar, deixa claro que o fato de fazer as internações das crianças em hospitais privados não foi o suficiente para resolver os problemas de salvar a vida das crianças, principalmente porque o fluxo de crianças vinda do interior para BH é muito grande em função de inexistência de CTI Neonatal na cidades de origem o que sobrecarrega ainda mais,

60 informou que o fato da PBH usar os hospitais para tais internações implicou em processos judiciais contra a prefeitura
61 de BH, feito pelos hospitais e criou-se um confronto quando foi estabelecido pelo juiz que para internar teria que ser
62 feito cartão, antecipar recurso, atestado de pobreza, fato este que não foi aceito pela SMSA e as internações
63 continuaram, informou que os hospitais públicos e conveniados com o SUS tinha apenas vinte e um leitos, número
64 insuficiente para tamanha demanda, deixou claro que todo hospital tem que ter uma função social, informa que
65 hospitais como Dom Bosco, Evangélico, Felício Roxo, juntos tem oitenta e dois leitos de maternidade e nenhuma delas
66 tem leito de CTI Neonatal o que gerou um encaminhamento à Assembléia Legislativa uma lei, uma recomendação do
67 Dr. Edson, que para cada dez leitos de maternidade tem pelo menos um leito Neonatal, informa que a SMSA construiu
68 dez leitos em tempo recorde e que aliviou a mortalidade Neonatal em BH, cita vários hospitais como HC, HJK,
69 FHEMIG não tem leitos Neonatal e disse que é necessário que o poder público amplie a internação para construir leitos
70 públicos, até o final de 1999 BH deverá ter um número de leitos de CTI Neonatal suficiente, disse que é preciso
71 regionalizar os CTI's Neonatal que é uma obrigação do estado, do gestor estadual e que a regionalização junto com o
72 poder público, o poder legislativo tem obrigação de construir os leitos próprios nas cidades do interior. Após
73 explanações sobre os CTI's Neonatal o secretário Marílio fala sobre o Hemominas, que foi surpreendido por uma
74 portaria do dia 26/07/99 assinada pelo Secretário Estadual de Saúde, que transfere cerca de um milhão de reais do
75 FMS para o Secretário do Estado de saúde, anteriormente era a SMSA que fiscalizava e pagava o serviço do
76 Hemominas e no momento que descobriram o financiamento da comercialização do sangue privado e que a SMSA irá
77 corrigir tais fatos e economizar o dinheiro público ao CIB estadual, reunião sem a presença do Secretário Municipal de
78 Saúde, pois o mesmo não pode comparecer e o DEPLAR não foi comunicado, houve uma votação na CIBE que
79 autorizou o Secretário a autorizar a Portaria anteriormente citada e coloca esta Portaria como um golpe na
80 administração da plena em BH, independente do Secretário, pois, muda-se os secretários e a cidade ficará prejudicada
81 para sempre e finaliza cobrando do governo federal mais recursos para a SMSA, pois, trata-se de uma instituição da
82 maior responsabilidade, dado a sua tradicional na fiscalização pede o apoio de todos. A representante da FHEMIG
83 Sônia Lúcia, coloca a posição da FHEMIG como Fundação do Estado, a rede FHEMIG é responsável por vinte e três
84 hospitais, sendo a maioria de maior complexidade a nível de atendimento e maior referencia no estado. Com relação à
85 Maternidade Odete Valadares, onde ocorre casos de riscos devido as parturientes são encaminhadas necessitando de
86 CTI Neonatal, desmentiu as notícias da imprensa sobre acusações onde a maternidade não recebia pacientes para CTI
87 Neonatal. Informou que quando assumiu a maternidade existia 48 leitos, porém nenhum CTI e que agora estão sendo
88 construído para CTI Neonatal. Colocou a necessidade de criação de unidade intermediária para transferência de
89 pacientes, que já está sendo construído 20 leitos, o que resulta em 61 leitos de berçário de alto risco e que já estão sendo
90 implantado 06 leitos no Hospital Júlia Kubitschek em juiz de fora. 10 leitos de Neonatal na unidade local. Reafirma a
91 importância da regionalização dos CTIS Neonatal e também cobrou da União mais recursos para o Estado de Minas
92 Gerais para que possa ser implantado novos projetos, após a fala da Dr. Sônia é aberto ao Plenário para perguntas. O
93 Conselheiro Evaristo Garcia coloca que é preciso atacar os efeitos e não a causa, segundo ele a responsabilidade do
94 governo federal em estrangular com os estados e municípios, o conselheiro propôs que o Prefeito de Belo Horizonte e o
95 Secretário de Estado da Saúde convoque os prefeitos do Estado de Minas Gerais para discutir o fluxo migratório para
96 Belo Horizonte e suas implicações. O Secretário Geral Paulo Roberto Venancio de Carvalho perguntou a Dr.ª Sônia e
97 ao Secretário Municipal de Saúde sobre a existência de leito intermediário infantil e propôs que o Conselho que cobre
98 do Secretário Estadual de Saúde a retirada do Fundo Municipal de Saúde pelo Estado no valor de um milhão de reais.
99 A conselheira Joana Fez algumas perguntas. Qual Seria o procedimento no interior para saber a quantidade de leitos
100 Neonatal necessários para maternidade, Quando a mãe conveniada e o recém nascido não é como é restituído esse
101 dinheiro tanto na rede municipal como estadual. E qual é o preço de um leito de CTI. O conselheiro Antônio Carlos
102 perguntou a Dr.ª Sônia qual é o projeto da FHEMIG para instalação de CTI Neonatal, perguntou também sobre o custo
103 de um CTI instalado. O Conselheiro Antônio Amancio perguntou a Dr. Sônia sobre a possibilidade de se ter uma
104 ambulância para o Hospital Alberto Cavalcanti e propôs que se criasse uma central de médicos para atender a
105 população no atendimento de urgência e emergência. O presidente da Associação do Conjunto da COAB colocou que a
106 culpa pela falta de leitos Neonatal e do poder legislativo municipal .A Conselheira Rosalina questiona sobre o aumento
107 da demanda em relação ao aumento da incidência de gravidez na adolescência e propõe que deva haver uma forma de
108 se calcular o feito desta questão, considerando o aumento da oferta de serviços básicos como: ginecologia nos centros
109 de saúde de Belo Horizonte e no interior. Sobre a avaliação feita pelo Secretário Municipal de Saúde fez dois
110 questionamentos. 01 Disse que tem ido ao interior do Estado onde existem muitas reclamações de Belo Horizonte, por
111 não querer atender- los e disse que quando Belo Horizonte assumiu a Gestão Plena de Saúde, no calculo do valor a ser
112 repassado para BH, fundo a fundo foram considerados 40% do valor , considerando pessoas que não eram de BH e
113 questiona se BH recebe ou não estes recursos referentes ao interior, com relação a tabela do SUS, quando o secretário
114 informou que os hospitais particulares não aceitam a tabela ,disse que o Conselho aprovou uma resolução em 1997
115 diferenciando os valores para mais da tabela do SUS e perguntou se a SMSA esta pagando aos hospitais as internações
116 em CT/s infantis conforme aprovado pelo Conselho. A Dr.ª Sônia informa que a FHEMIG tem três tipos de berçários:
117 de cuidados intensivos, médios e intermediários e que não existe CTI infantil na rede pública, segundo ela só agora e
118 que o setor público esta construindo CTI's. Coloca que a responsabilidade é de todos nós e que este problema é de

119 todos. Colocou que a FHEMIG está abrindo 20 leitos na maternidade Odete Valadares, e 06 leitos no HJK com verba
120 do Reforsus, Sobre o pedido de ambulância a mesma disse que anotou o pedido para discutir com a direção da
121 FHEMIG para a volta da ambulância ao hospital Alberto Cavalcanti. Em seguida o Secretário Municipal de Saúde
122 Marilio Malgutti disse que a reunião da CIBE foi feita sem a presença de Belo Horizonte, disse que se o estado traz
123 para si a responsabilidade de fiscalizar e de pagar o Hemominas e falou que vai tirar o dinheiro do Fundo Municipal de
124 Saúde (980 Mil Reais) disse que a Cibe e a SES deve voltar atras na sua decisão, coloca que o estado não tem pessoal e
125 qualidade para exercer a fiscalização. Coloca que uma diária de CTI fica entre 400 a 500 reais., disse que a SMSA
126 montou 10 leitos de CTI no HOB,disse que vai montar 08 no HC e 16 na maternidade Odete Valadares. Coloca que o
127 Fundo Municipal de Saúde que vai arcar com essa implantação e que só a prefeitura esta investindo, disse que
128 precisaria de 450 mil reais por mês e que precisa negociar com ministério da Saúde para incluir esta verba para manter
129 estes CT's que estão sendo implantados.Disse que tem vários hospitais em Belo Horizonte que poderia ter CTI's. E
130 criticou que chamou de capitania hereditárias existentes hoje em muitos hospitais de Belo Horizonte que não querem o
131 avanço do SUS. Coloca que BH recebe 11% para atender atendimento básico igual sabará recebe , disse que Ibité
132 recebe 18% e essas cidades manda seus pacientes para Belo Horizonte atender, coloca que tem haver a universalização
133 das responsabilidades desses municípios com as suas populações. Disse que o déficit do FMS e hoje em torno de hum
134 milhão de reais, o mesmo propõem que se faça um congresso de Conselhos Municipais de Saúde para discutir essas
135 questões e as responsabilidades de cada município com a sua população. Disse que Belo Horizonte tem atendido 55%
136 de crianças do interior que precisa de CTI's Neonatal., defende que toda cidade deveria ter ctis Infantis. Colocou que
137 sobre o ponto de Pauta da Mesa Diretora ele apoia a composição de 01 usuário, 01, gestor, 01 trabalhador e 01
138 prestador. Em seguida a Presidente do Conselho Anadil informou que a Câmara Municipal aprovou e o prefeito de BH
139 sancionou a lei da criação da Farmácia de Manipulação do SUS/BH, lembrando que esta solicitação foi aprovado aqui
140 no Conselho a pedido do funcionário Robson Itamar e transformado em uma Resolução cujo o Prefeito a homologou., a
141 mesma convida a todos para conhecer a farmácia. Em seguida a Presidente Lê a carta de despedida deste Conselho do
142 Conselheiro Paulo Roberto de Souza Lima. Em seguida o Secretário Geral Paulo Roberto Venancio passa para a
143 discussão da situação da Mesa Diretora e encaminhamentos relativos à mesma. O Conselheiro João Athaide coloca o
144 sentimento dos conselheiros usuários sobre a atual situação da Mesa diretora que na avaliação dos usuários essa mesa é
145 legítima , mas existe uma questão de ordem política , que o CMS reflete uma paridade, e ele é um instrumento de se
146 fazer funcionar o Sistema Único de Saúde, disse que é preciso ter uma paridade na composição para que a mesa
147 diretora dê os encaminhamentos. Disse que após o processo de eleição da Mesa Atual, houve uma paralisa no
148 Conselho, defendeu que o Plenário redis questão de uma nova Mesa Diretora no sentido de fazer uma nova eleição e
149 que todos acatasse a decisão do Plenário, disse que os usuários estão propondo uma composição com 01 usuário, 01
150 trabalhador, 01 gestor e 01 prestador, refletindo o que é a composição do plenário. O Conselheiro Evaristo Garcia
151 coloca que sempre o usuário ocupou dois lugares na mesa, e que este segmento está abrindo mão de uma vaga na Mesa
152 Diretora para que haja entendimento entre o Conselho e o Prefeito. O Secretário Geral Paulo Roberto Venancio colocou
153 que acha que a proposta dos usuários está clara, mas defende que tem que haver um consenso, colocou que a mesa tinha
154 que ter todos os setores do Conselho e pede uma avaliação política desta questão , disse que estamos as vésperas de
155 uma conferencia de saúde e que hoje existe uma crise política, disse que saiu da plenária dos trabalhadores sem se
156 traçar um política de alianças este problema terá dificuldades para ser resolvido.Defende que esta questão tem que se
157 passar uma reflexão profunda, pois pode se criar cicatrizes profundas e para cura – las vai se ter muitos problemas.,
158 disse que os trabalhadores querem a presença do SMSA na mesa, propõem discutir – se uma política clara e bem
159 traçada para resolver essa questão, propõem uma política clara de relacionamento da SMSA com o Conselho e uma
160 política clara de saúde para Belo Horizonte., o mesmo teme que uma divisão agora, antes da Conferência, segundo ele
161 não seria bom para o Conselho. O Conselheiro Antônio Carlos coloca que não se deve discutir a questão da Mesa
162 Diretora antes da VI Conferência, acha que não se deva fazer eleição e sim uma recomposição e defende que esta
163 questão seja discutida na VI Conferencia Municipal de Saúde. O conselheiro Sebastião Bastos defende que deva hoje
164 sair daqui uma nova eleição para nova Mesa Diretora, segundo o conselheiro essa Mesa está irregular. O Conselheiro
165 Antônio Amancio defende que a Mesa Atual renuncie e se faça uma nova eleição. A Conselheira Janine elogiou a Mesa
166 Atual, dizendo que ela é democrática ao propor essa discussão. Defendeu uma nova composição e não nova eleição. O
167 Conselheiro Roberto Francisco de Venda Nova, defendeu a permanência da atual Mesa Diretora, dizendo que sua
168 eleição foi legítima., conforme regimento e decisão do Plenário, colocou que se o Plenário mudar essa situação, o
169 conselho corre sérios riscos de ficar sob o controle do gestor. O Conselheiro Júlio César relatou a posição do segmento
170 dos usuários, já colocada pelo Conselheiro João Athaide e defendeu a que a mesa seja composta por 01 usuário, 01
171 trabalhador, 01 gestor e 01 prestador, defendeu que a nova mesa seja eleita antes da VI Conferencia. A Conselheira
172 Fátima Regina do Conselho Estadual de Saúde coloca a posição do SINTSPREV que é pela manutenção da atual Mesa
173 Diretora , pois o sindicato entende que o processo de eleição da atual mesa foi legítimo, criticou o não reconhecimento
174 da SMSA a essa Mesa eleita em julho e 1999.Disse que o Sindicato fez uma consulta ao Ministério público sobre o
175 impasse do governo não acatar a decisão do plenário no dia 01 de Julho de 1999. A Conselheira Endemia Aparecida
176 coloca que houve um impasse e que só nesta reunião o conselho conseguiu discutir saúde, colocou que quando se erra,
177 o erro tem que ser consertado e recomeçar de novo. Defendeu uma nova eleição e uma composição de 01 usuário, 01

178 trabalhador, 01 gestor e 01 prestador. Propõem que a eleição seja nesta reunião. A conselheira Joana da Costa Parnaso
179 defende que esta questão se resolva na IV Conferencia Municipal de Saúde ou após a realização da mesma. O
180 conselheiro Roges Carvalho disse que não foi erro do Plenário em eleger essa Mesa Diretora, pois a mesma foi eleita
181 com legitimidade pelo Plenário. Disse que essa Mesa quis trabalhar e não a deixaram, disse que é pela manutenção da
182 Mesa Atual, colocou que acha que o governo reconheceu seu erro, se o Plenário quiser pode haver uma
183 recomposição. A Conselheira Sônia dos Santos disse que atual Mesa é legítima, mas existe um problema político deste a
184 eleição que tem que ser resolvido, defende uma negociação com o Plenário para resolver esta questão, entende que
185 atual mesa e o Plenário quer essa negociação, a exceção do SINTSPREV. OBS. Muitas falas de Conselheiros sobre este
186 assunto não teve como colocar, pois a fita 03 lado A nada foi gravado, asseriu a Conselheira Anadil disse que não foi a
187 Mesa emperrou Conselho, o que impediu a atual Mesa de Trabalhar foram uma parte de conselheiros e a Secretaria
188 Municipal de Saúde, coloca que a culpa não foi na sua totalidade da Secretaria e sim de uma lista de 15 conselheiros
189 que foi entregue ao Prefeito para o mesmo não homologar a atual Mesa Diretora. O Conselheiro Silvio disse que o
190 impasse criado pelo Secretário e alguns conselheiros, coloca que se o governo quer retornar a Mesa, ele acha que se
191 pode guardar o lugar do governo, defende que é a favor da recomposição da Mesa e contra nova eleição. O Conselheiro
192 Antônio Gomes, lamenta que o Conselho não está participando mais dos eventos das cidades, defendeu a recomposição
193 da Mesa. A conselheira Rosalina criticou os conselheiros que se arrependeram, ou se omitiram, disse que na sua
194 opinião estes conselheiros deveriam ter acatado a decisão do Plenário, pois foi uma eleição democrática. O participante
195 Orivaldo de Oliveira colocou que nestes momentos difíceis o conselho precisa ter maturidade para resolver o impasse.
196 O Conselheiro Amarílio defende que deve haver uma recomposição, devido aos problemas de saúde que BH hoje vive,
197 citou vários problemas na área da saúde bucal, Defendeu que está composição seja feita antes da Conferência. O
198 Secretário Geral Paulo Roberto Venancio disse que para recompor tem que ser em cima de políticas pré –
199 estabelecidas., o Secretário Geral propõem que se o governo quer vir para a mesa, que ele traga uma proposta para o
200 Conselho, disse que pode até resolver este problema nesta reunião, mas vai trazer problemas para a VI Conferencia no
201 sentido de se traçar uma política de Saúde para BH, o mesmo alertou para o sérios problemas que uma divisão poderá
202 afetar o Conselho., disse que está em jogo não é nomes de pessoas e sim a política de saúde e o controle social. Disse
203 que o que faltou neste Conselho foi traçar uma política para o próprio conselho e para a cidade na área da saúde. O
204 Sindicalista Sardinha do Sindibel, coloca que o governo não aceitou a eleição democrática feita em julho, disse que o
205 governo municipal está apostando no desgaste do Conselho, disse que todos tem que ter responsabilidades com a saúde
206 da população, colocou que dentro do Conselho tem grupo de pessoas que defende o governo e outro que quer a
207 democracia, disse que o Conselho está dividido deste a eleição desta Mesa Atual, defendeu uma flexibilidade nesta
208 discussão para recompor a Mesa sem uma nova eleição. A Conselheira Dalva reafirmou a decisão do SINTSPREV,
209 sobre a manutenção da mesa atual. A Conselheira Ednéia solicita a mesa que encaminhe a forma de resolver o impasse.
210 O Conselheiro Antônio Carlos criticou a atitudes dos conselheiros que assinaram o documento enviado ao Prefeito,
211 questionou porque este conselheiros não assinaram um documento para convocar uma reunião do Conselho para se
212 discutir esta questão, propôs aumentar o numero de componentes da Mesa, sem mexer na atual. O Conselheiro Distrital
213 Roberto Francisco disse que sei o Conselho aceitar fazer uma nova eleição, segundo ele acabou o controle social em
214 Belo Horizonte. A segunda secretaria Cleide Donária fez uma reflexão sobre o caráter deliberativo do Conselho em
215 relação a eleição da atual mesa diretora e traçou um paralelo sobre as forças políticas que atuaram no episódio saída do
216 Secretário da Presidência do Conselho e agora essa forças estão atuando para o Secretário voltar a Mesa. A Conselheira
217 Jõ Moraes propõem uma nova reunião com uma pauta única, sem informes, dentro de uma semana, devido ao
218 esvaziamento do Plenário. O Conselheiro João Athayde esclarece que essa reunião foi convocada por 22 conselheiros
219 especificamente para discutir a situação da atual Mesa Diretora, colocou que esta reunião foi convocada para se discutir
220 CTI, disse que a Mesa Atual ao colocar esta questão, a atual Mesa Diretora procurou evitar que o Plenário discutisse a
221 questão da Mesa Diretora, e que os conselheiros queiram decidir essa questão nesta reunião, disse que a atual Mesa
222 Diretora procurou esvaziar a discussão e a capacidade de decisão dos conselheiros. O Secretário Geral Paulo Roberto
223 Venancio defendeu que a atual Mesa Diretora, tem e teve o poder de colocar o assunto CTI em pauta, pois essa mesa
224 foi eleita e é legítima., Em o Secretário ?Geral coloca a proposta da Conselheira Jõ Moraes em discussão. O
225 Conselheiro Distrital Pampulha Roberto Francisco propôs que a próxima reunião para se discutir a questão da Mesa
226 Diretora seja realizada no dia 09/09/99, o Secretário Geral Paulo Roberto propôs a data do dia 14/09/99. Em seguida a
227 Presidente Anadil coloca em votação as duas propostas de datas. Proposta 01 - 09/09/99., proposta 02 – 14/09/99.
228 Após a votação nominal a proposta 01 teve 09 votos e proposta 02 teve 03 votos., Portanto a próxima reunião ficou
229 marcada para o dia 09/09/99 tendo como pauta a situação da Atual Mesa Diretora e encaminhamentos relativos à
230 mesma. Às 19:10 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após
231 lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho e pelo secretário-geral. Belo Horizonte, 02 de setembro de
232 1999
233 JOM/vld